

Produto 1

Estado da Arte e Compêndio de Materiais Anteriormente Elaborados

Consultoria para a elaboração de Projeto Político Pedagógico e planejamento de ações pedagógicas para capacitação no tema de Acesso e Repartição de Benefícios – Projeto BRA/18/003 – ABS Nagoia Protocol

Ticiane Imbroisi

20 de março de 2020

Sumário

Introdução	2
Objetivos.....	2
Estado da Arte e Compêndio de iniciativas e materiais anteriormente elaborados.....	3
Organização do Tratado de Cooperação Amazônica	3
Funai.....	5
Ministério do Meio Ambiente.....	8
Ministério Público.....	10
CNI	11
Sebrae	13
SEAD	15
L’Oreal	19
Diagnóstico de Experiências para o Desenvolvimento de Protocolos Comunitários	21
Análise dos principais materiais disponíveis.....	26
Conclusão.....	47
Referências Bibliográficas	48

Introdução

Este produto visa identificar, sistematizar e compilar ações e materiais já produzidos e utilizados em capacitações sobre Acesso e Repartição de Benefícios (ABS), bem como temas correlatos, cujo público-alvo sejam detentores de conhecimento tradicional associado, como os povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares.

Essas ações e materiais não se restringem aos elaborados pelo Ministério do Meio Ambiente. Existem diversas organizações envolvidas com o tema, seja no âmbito da sociedade civil, dos órgãos de governo, da academia, de associações comunitárias, de organismos de cooperação internacional, entre outros, que desenvolveram iniciativas voltadas para a construção de capacidades em acesso e repartição de benefícios.

É apresentada, portanto, uma compilação não esgotada¹ de iniciativas, feita com base em pesquisa e participação, seguida de análise e comentários sempre que essas iniciativas foram consideradas relevantes.

Objetivos

O objetivo do produto é apresentar uma sistematização de conteúdos já produzidos a respeito do tema de ABS para fins de formação ou capacitação, os quais foram elaborados por diferentes instituições. E, assim, poder definir, em uma segunda etapa e com a participação do público-alvo, o que poderá ser aproveitado ou fornecer subsídios para a elaboração do Plano Político Pedagógico (PPP), bem como para o desenvolvimento de novos materiais.

¹ Em acordo com os técnicos do Ministério do Meio Ambiente responsáveis pelo acompanhamento do produto foi definido que o mapeamento do estado da arte e compêndio de materiais poderá ser complementado após apresentação ao público alvo.

Estado da Arte e Compêndio de iniciativas e materiais anteriormente elaborados

No Brasil já existiram iniciativas pontuais de capacitação sobre o tema de acesso e repartição de benefícios (ABS). Entretanto, jamais houve uma iniciativa voltada a oferecer uma formação continuada para quaisquer dos setores de atores envolvidos com o sistema de ABS. Essas iniciativas de capacitação, em geral, foram promovidas por órgãos representativos de um setor específico e estiveram voltadas apenas para os representantes daquele mesmo setor.

A seguir encontram-se descritas sucintamente, em fichas de informações, as iniciativas que foram mapeadas.

Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

<i>TÍTULO DA INICIATIVA:</i> Formação de gestores públicos e indígenas em ABS
<i>Título e tipo de evento:</i> Curso.
<i>Formato:</i> Ensino à Distância (EAD) com um encontro presencial.
<i>Local:</i> Virtual. Presencial em Lima, Peru.
<i>Ano / duração / carga horária:</i> 2012.
<i>Organizadores:</i> OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica) e GIZ.
<i>Público alvo e número de participantes:</i> Gestores públicos e lideranças indígenas dos países membros da OTCA. Do Brasil participaram 3 servidoras da FUNAI, 1 servidor do MMA e 1 indígena.
<i>Conteúdos principais (resumido):</i> <ul style="list-style-type: none">• Estudos de caso na América Latina e na Ásia, legislações nacionais e mecanismos globais de ABS.• Proteção/comercialização e propriedade intelectual.• Proteção dos conhecimentos tradicionais e implicações legais.• Protocolo de Nagoia.• Repartição de benefícios.

- Biocomércio e histórico da UNCTAD², com adaptações para o contexto dos oito países membros do Tratado de Cooperação Amazônica.
- Medidas legais, regulamentares e administrativas
- Oportunidades e desafios em ABS.
- Lacunas entre partes interessadas.

Lista de materiais utilizados e/ou produzidos (com links ou referências bibliográficas) e comentários:

- “Consultoria sobre proteção de conhecimentos tradicionais, inovações e práticas dos povos indígenas, acesso a recursos genéticos e repartição justa e equitativa dos benefícios advindos do uso desses conhecimentos, inovações e práticas”, GIZ, 2012.
- UNCTAD (2014). *The Convention on Biological Diversity and the Nagoya Protocol: Intellectual property implications. A handbook on the implications of the interface between global access and benefit sharing rules and intellectual property. New York and Geneva.* Disponível em: [http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/diaepcb2014d3_en.pdf]. Acessado em 08 de fevereiro de 2020.
- UNCTAD (2017). *“BioTrade and Access and Benefit Sharing: From concept to practice - A handbook for policymakers and regulators”.* United Nations, New York and Geneva, 2017³.
- Plataforma virtual de educação à distância “Global Campus 21”
- Cursos *online*, sítios *web* de programas, espaço de trabalho de projetos, conferências, fóruns.
- *Chat* onde participantes problematizaram as situações específicas de cada país.

Principais resultados e análise da iniciativa:

- Conteúdo rico, mas não fomentou muito a reflexão entre os alunos.
- Com adaptações, a ferramenta de capacitação *online* pode constituir modelo a ser utilizado, reduzindo os custos necessários para o desenvolvimento de um sistema como este, buscando otimizar e valorizar as experiências já havidas e sobretudo contribuir para pensar na estrutura das capacitações que se propõe a oferecer o Ministério do Meio Ambiente (MMA).
- GIZ e OTCA teriam interesse em colaborar com novas iniciativas de sensibilização e formação em ABS, podendo inclusive disponibilizar conteúdos, bem como a própria plataforma para viabilizar cursos.
- Pode servir para capacitar os detentores de conhecimento tradicional que tenham acesso à internet e familiaridade com meios de comunicação digital, em complementariedade a uma formação presencial.

² Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

³ Manual produzido após a realização da iniciativa, porém com conteúdo relacionado, o qual pode ser útil.

<i>TÍTULO DA INICIATIVA:</i>	
Cursos básicos de formação em Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).	
Tipo de evento:	Vários cursos e oficinas.
Formato:	Presenciais.
Local:	Diversos/ foram realizados cursos regionais. 32 terras indígenas (núcleos regionais Amazônia Central, Ocidental e Oriental; Nordeste; Sul e Sudeste; Pantanal Cerrado; e, Amazônia Cerrado).
Ano / duração / carga horária:	2012-? Aproximadamente 200 horas-aula por curso, distribuídas ao longo de 12 meses.
Organizadores:	Movimento indígena, Fundação Nacional do Índio (Funai), MMA, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (<i>Global Environment Facility-GEF</i>), <i>The Nature Conservancy</i> (TNC) e Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB).
Público alvo e número de participantes:	Indígenas e gestores públicos e que desenvolvem atividades estratégicas relacionadas à gestão ambiental e territorial em terras indígenas e unidades de conservação. Nº: Aproximadamente 44 participantes, entre gestores do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), Funai e outros órgãos com atuação regional, e 29 vagas distribuídas entre organizações indígenas.
Conteúdos principais (resumido):	<ul style="list-style-type: none"> • Conteúdos definidos nas oficinas de formação. • Acordos de convivência. • Ocupação e uso do território pelos povos indígenas. • Proteção territorial dos recursos naturais. • Governança e participação indígena. • Planos de gestão territorial e ambiental. • Proteção territorial e dos recursos naturais. • Áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas. • Prevenção e Recuperação de danos ambientais. • Uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas. • Propriedade intelectual e patrimônio genético. • Capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental.

- Planos de vida.
- Etnomapeamento.
- Agroecologia, agroflorestas e restauração ambiental.
- Direitos indígenas.

Lista de materiais utilizados e/ou produzidos (com links ou referências bibliográficas) e comentários:

- Vários instrumentos de gestão e PGTAs⁴ resultantes do projeto GATI⁵. Disponíveis em: [<http://www.funai.gov.br/pngati/>]. Acessados em 8 de fevereiro de 2020.
- FORMAR PARA FORMAR: Processos Participativos para Formação em PNGATI. IEB, 2015.
- Entendendo a PNGATI. Disponível em: [http://cggamgati.funai.gov.br/files/2414/8839/5161/Entendendo_a_PNGATI.pdf]. Acessado em 8 de fevereiro de 2010.
- Plano Integrado de Implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas. Disponível em: [http://cggamgati.funai.gov.br/files/8514/8839/5235/Plano_Integrado_de_Implementacao_da_PNGATI.pdf]. Acessado em 10 de fevereiro de 2020.
- Adoção da metodologia de participação social.

Principais resultados e análise da iniciativa:

- Qualificação e preparação para a participação dos indígenas nas atividades e objetivos da PNGATI, valorizando os conhecimentos tradicionais e complementando-os com novos conhecimentos e ferramentas de gestão e proteção territorial.
- Ampla e qualificada participação indígena, sendo considerado pelo próprio movimento como o melhor processo participativo já realizado.
- Intercâmbio de experiências de gestão das Terras Indígenas.
- Promoção do encontro e de alianças entre os envolvidos de cada região.
- Fortalecimento das organizações indígenas.
- Críticas em relação ao critério de escolha das áreas de referência (Roraima e Maranhão não foram contemplados).
- Limitação financeira.
- Dificuldades de informação e mobilização. Em tempo hábil.
- Com o processo ficou claro que a Funai poderia investir em formação de capacidades e sensibilização em ABS, haja vista que em seu Eixo 6, “Propriedade Intelectual e Patrimônio Genético”, a PNGATI compreende o tema de acesso e repartição de benefícios (o que de fato ocorreu na oficina citada abaixo). Os cursos em PNGATI promovidos pela Funai em parceria com o IEB e outras instituições envolveram apresentações ou discussões específicas sobre todos os eixos da política, inclusive o eixo 6, que trata especificamente da questão de acesso e repartição de benefícios.

⁴ Projetos de Gestão Territorial em Terras Indígenas.

⁵ Gestão Ambiental em Terras Indígenas.

TÍTULO DA INICIATIVA:

Oficina de capacitação em Acesso e Repartição de Benefícios

Tipo de evento:
Oficina.

Formato:
Presencial

Local:
Brasília, DF.

Ano / duração / carga horária:
14 e 15 de agosto de 2018.

Organizadores:
Funai.

Público alvo e número de participantes:
Representantes indígenas do Comitê Gestor da PNGATI, do CGen, da CSD e do Comitê Gestor do FNRB; Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável (DPDS/Funai) e Diretoria de Proteção Territorial (DPT/Funai); Coordenações Regionais da Funai: Alto Solimões, Araguaia Tocantins, Juruá, Litoral Sul, Manaus, Médio Purus, Minas Gerais e Espírito Santo; Secretaria de Biodiversidade (SBio/MMA); e, Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR/MMA). 36 participantes.

Conteúdos principais (resumido):

- Principais Marcos Internacionais, Nacionais e Indigenistas - Linha Do Tempo
- Vídeo – “O veneno da Jararaca”: [https://youtu.be/3q3ZqoM_Bj0].
- Experiências práticas sobre participação de benefícios.
- Propostas para fortalecer a atuação da Funai e dos indígenas na agenda ABS.
- Contexto nacional: a antiga MP nº 2.186-16, de 2001, e a Lei nº13.123, de 2015 e Vídeo: “Novo Marco Legal da Biodiversidade”.
- Eixo 6 da PNGATI: propriedade intelectual e patrimônio genético.
- Operacionalização da legislação nacional: CGen, CSD, SisGen e FNRB⁶.
- Os povos indígenas como detentores e provedores de conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético: os casos do Murumuru, Guaraná e Pequi.

Lista de materiais utilizados e/ou produzidos (com links ou referências bibliográficas) e comentários:

- Relatório da Oficina de Capacitação em Acesso e Repartição de Benefícios. FUNAI / Brasília - 14 e 15 de agosto de 2018.
- A oficina pretendeu capacitar os participantes sobre a legislação nacional e internacional sobre ABS; qualificar e fortalecer a atuação dos representantes indígenas e indigenistas nas instâncias em nível

⁶ Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. Câmara Setorial de Detentores, Sistema de Gestão do Patrimônio Genético e Fundo Nacional de Repartição de Benefícios, respectivamente.

nacional e internacional; contribuir para proteger e salvaguardar os conhecimentos tradicionais e garantir a repartição de benefícios; e, formar multiplicadores do tema no país.

Principais resultados e análise da iniciativa:

O Processo de avaliativo solicitado aos participantes apontou pontos positivos e negativos.

Positivos:

- Bom conteúdo.
- Informação qualificada.
- Qualidade nas apresentações.
- Metodologia participativa e construção coletiva.
- Discussão qualificada do ponto de vista da legislação.
- Boa participação indígena
- Bom nivelamento de conceitos.
- Consenso sobre a adequação da programação.
- Apresentação de casos concretos.

Negativos:

- Pouco tempo.
- Muito conteúdo e pouca discussão.
- Falta de mais mulheres na reunião.
- Necessidade de mecanismos/métodos para potencializar discursos mais contestatórios.

Ministério do Meio Ambiente

TÍTULO DA INICIATIVA:

Oficina informativa para a regulamentação da Lei 13.123, 2015

Tipo de evento:

Oficinas.

Formato:

Presenciais.

Local:

Rio Branco (AC), Belém (PA), Montes Claros (MG), Campo Grande (MS), Porto Alegre (RS), Salvador (BA) e Brasília (DF).

Ano / duração / carga horária:

Agosto a Outubro de 2015; de dois a três dias cada.

Organizadores:

MMA, CNPCT, Funai, MDA e MP.

Público alvo e número de participantes:

Representantes de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, servidores públicos federais, estaduais e locais, e pesquisadores. De 60 a 100 participantes por oficina.

Conteúdos principais (resumido):

- Histórico internacional e nacional da legislação de acesso e repartição de benefícios
- Principais diferenças entre a MP 2186-16/2001 e a Lei 13.123/15.
- A Lei 13.123 de 20 de maio de 2015.
- Direitos e deveres dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares estabelecidos pela Lei 13.123/2015.
- Consulta pública em curso e principais lacunas para a regulamentação da Lei 13.123/2015.
- Subsídios para a regulamentação da Lei 13.123/2015.

Lista de materiais utilizados e/ou produzidos (com links ou referências bibliográficas) e comentários:

- Guia de apoio à regulamentação da Lei 13.123/2015 (ISA). Disponíveis em: [https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/blog/pdfs/guia_regulamentacao_lei_13123.pdf]. Acessados em: 16 de fevereiro de 2020.
- Consulta Pública disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Consulta_Publica/consultapatrimonioidsp%20.htm]. Acessado em 14 de fevereiro de 2020.

Principais resultados e análise da iniciativa:

- As oficinas sobre Acesso, Proteção dos Conhecimentos Tradicionais e Repartição de Benefícios foram realizadas em comunidades indígenas e locais.
- As atividades incluíram a sensibilização e a problematização do tema, incluindo o uso de técnicas teatrais.
- Buscaram ampliar a compreensão sobre o tema, aproximando-o da realidade local.
- Procuraram viabilizar o diálogo com as comunidades na perspectiva da construção de direitos sobre seus conhecimentos tradicionais e o patrimônio genético que conservam.
- Foram realizadas procurando suprir a falta de diálogo anterior, em atendimento às reivindicações de ONGs e comunidades indígenas e tradicionais, as quais se sentiam excluídas do processo de construção do novo marco regulatório.

<i>TÍTULO DA INICIATIVA:</i>	
Acesso aos Recursos Genéticos e aos Conhecimentos Tradicionais Associados.	
<i>Tipo de evento:</i>	Seminário.
<i>Formato:</i>	Presencial.
<i>Local:</i>	Brasília, DF.
<i>Ano / duração / carga horária:</i>	16 de junho de 2006. 8 horas.
<i>Organizadores:</i>	Escola Superior do Ministério Público da União.
<i>Público alvo e número de participantes:</i>	Procuradores da república. 15.
<i>Conteúdos principais (resumido):</i>	<ul style="list-style-type: none">• Regime internacional de acesso a recursos genéticos e repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso da biodiversidade.• Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura.• Lei 9.279/96 – Interfaces entre a biodiversidade e os direitos de propriedade intelectual.• Alguns casos célebres de biopirataria.• Indicações geográficas -indicações de procedência e denominações de origem.• Medida Provisória no. 2.186-16, de 23/08/2001: regulamenta a aplicação da CDB no Brasil.• Histórico dos Projetos de lei.• Principais instrumentos jurídicos: Autorização de Acesso e de Remessa; Autorização Especial de Acesso e Remessa; Termo de Transferência de Material; e, Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios.• Harmonização dos artigos 8ª (j) da CDB e 27.3(b) do TRIPS.
<i>Lista de materiais utilizados e/ou produzidos (com links ou referências bibliográficas) e comentários:</i>	<ul style="list-style-type: none">• Apresentação disponível em: [http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/eventos/2006/acesso-aos-recursos-geneticos-e-aos-conhecimentos-tradicionais-associados/juliana_santilli.pdf/at_download/file]. Juliana Santilli. Acessado em 8 de fevereiro de 2020.• Apresentação disponível em: [http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/eventos-1/2006/acesso-aos-recursos-geneticos-e-aos-conhecimentos-tradicionais-associados/eliana_torelly.pdf/view]. Eliana Torelly. Acessado em 8 de fevereiro de 2020.

- Apresentação disponível em: [http://www.mpf.mp.br/atuacao-do-mpf/eventos/aceso-aos-recursos-geneticos-e-aos-conhecimentos-tradicionais-associados/cristina_maria.pdf]. Acessado em 08 de fevereiro de 2020.
- Apresentação disponível em: [http://www.mpf.mp.br/atuacao-do-mpf/eventos/aceso-aos-recursos-geneticos-e-aos-conhecimentos-tradicionais-associados/teresa_cristina.pdf]. Acessado em 8 de fevereiro de 2020.

Principais resultados e análise da iniciativa:

- Iniciativa pontual, mas importante à época, capacitou procuradores da república sobre a legislação de acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados.
- Realizado há 14 anos. A ESMPU não promoveu mais iniciativas de formação em ABS.

CNI

TÍTULO DA INICIATIVA:

“Diálogo, o Acesso ao Patrimônio Genético, aos Conhecimentos Tradicionais Associados e à Repartição de Benefícios na Perspectiva do Setor Empresarial.”

Tipo de evento:

Oficina.

Formato:

Presencial.

Local:

São Paulo, SP.

Ano / duração / carga horária:

31 de agosto de 2011. 8 horas/aula.

Organizadores:

Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e GIZ.

Público alvo e número de participantes:

Representantes do setor usuário de recursos genéticos.

Conteúdos principais (resumido):

- Apresentação e debate (com a perspectiva de implementação da Medida Provisória de acesso e repartição de Benefícios⁷) sobre as cadeias produtivas dos setores farmacêutico, de cosméticos e da agricultura.
- Levantamento de subsídios para o aperfeiçoamento do processo de gestão do patrimônio genético para que se torne mais eficiente, ágil e compatível com o processo da inovação das empresas.
- Apresentação, debate e propostas de modelos e formas de repartição de benefícios não monetárias afins aos princípios da Convenção da Diversidade Biológica (CDB.)
- Identificação dos elos das cadeias que acessam patrimônio genético e que devem repartir benefícios, bem como conhecer as propostas do setor produtivo quanto ao que deve ser repartido, quanto deve ser repartido e com quem repartir.

Lista de materiais utilizados e/ou produzidos (com links ou referências bibliográficas) e comentários:

- Evento realizado no âmbito da consultoria sobre “Proteção de Conhecimentos Tradicionais, Inovações e Práticas dos Povos Indígenas, Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios advindos do uso desses conhecimentos, inovações e práticas”, proposta pela GIZ.
- Acesso e Repartição de Benefícios no Cenário Mundial: A Lei Brasileira em Comparação com as Normas Internacionais. Disponível em: [<http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2017/11/acesso-e-reparticao-de-beneficios-no-cenario-mundial-lei-brasileira-em-comparacao-com-normas-internacionais/>]. Acessado em 10 de fevereiro de 2020.

Principais resultados e análise da iniciativa:

- Resultou no levantamento de subsídios junto ao setor produtivo nas tentativas de “modernizar” a gestão do acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados e de assegurar a repartição de benefícios no país, de forma a estimular o biocomércio e explorar as oportunidades de geração de novos produtos a partir da biodiversidade brasileira, tais como fármacos, cosméticos, alimentos, defensivos agropecuários, entre outros.
- Perspectiva estritamente empresarial, não promoveu diálogo entre as partes.
- Foi gerado um documento técnico contendo os resultados consolidados do seminário, com a sistematização das dinâmicas e peculiaridades das cadeias produtivas dos diversos setores, identificação das dificuldades na implementação da legislação, avaliação da possibilidade de propor uma abordagem setorial na nova lei ou de propor “a simplificação da mesma de modo a atender todos os setores igualmente” e um rol de recomendações que atendessem à demanda dos setores da economia que utilizam componentes da biodiversidade em suas atividades produtivas.

⁷ Em vigor à época.

<i>TÍTULO DA INICIATIVA:</i>
Oficina sobre a legislação ABS para microempreendedores
<i>Tipo de evento:</i> Oficina.
<i>Formato:</i> Presencial.
<i>Local:</i> Brasília, DF
<i>Ano / duração / carga horária:</i> 2019. 8 horas.
<i>Organizadores:</i> MMA e Sebrae
<i>Público alvo e número de participantes:</i> Setores da indústria, do agronegócio e do comércio e serviços.
<i>Conteúdos principais (resumido):</i> <ul style="list-style-type: none"> • Aspectos da Lei da Biodiversidade para os Pequenos Negócios. • Os aspectos importantes para a exploração econômica de produtos acabados ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético. • Lei 13.123/2015. • Decreto N° 8.772, de 11 de maio de 2016 • Novas regras. • Benefícios para pequenos negócios.
<i>Lista de materiais utilizados e/ou produzidos (com links ou referências bibliográficas) e comentários:</i> <ul style="list-style-type: none"> • Cartilha: Novo Marco Legal sobre Acesso ao Patrimônio Genético e ao Conhecimento Tradicional Associado. Disponível em: [http://sustentabilidade.sebrae.com.br/Sustentabilidade/Para%20sua%20empresa/Publica%C3%A7%C3%B5es/Cartilhas%20-%20Novo%20Marco%20Legal%20da%20biodiversidade%20-%202017.pdf]. Acessado em: 8 de janeiro de 2020.
<i>Principais resultados e análise da iniciativa:</i>

- O Sebrae fez um acordo de cooperação técnica com o MMA em 2017 para o desenvolvimento de cursos de capacitação em ABS e para tornar-se parceiro na formação de capacidades sobre o tema, tendo em vista a meta do órgão que é precisamente capacitar.
- Possui ampla experiência junto aos setores de micro e pequenas empresas. Tem promovido cursos e administrado inúmeras ferramentas de capacitação (embora em outros temas) como cursos presenciais e *online*, oficinas, oficinas por celular, jogos, desenvolvimento de vídeos, tutoriais e várias outras, atendendo a um público representativo de milhares de empresas de pequeno porte.

TÍTULO DA INICIATIVA:

“Nova Lei da Biodiversidade e acesso ao patrimônio genético: implicações para quem usa recursos florestais do Pará”.

Tipo de evento:

Oficina

Formato:

Presencial.

Local:

Belém, Pará

Ano / duração / carga horária:

16 de maio de 2018. 8 horas.

Organizadores:

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (Sectet) e Sebrae/PA.

Público alvo e número de participantes:

Produtores, empresários paraenses, representantes de sindicatos e cooperativas regionais.

Conteúdos principais (resumido):

- *Lei de biodiversidade e SisGen.*
- *Modalidades de repartição de benefício e Fundo Nacional de Repartição de Benefícios.*
- *Agregação de valor às cadeias produtivas da biodiversidade estadual e regional.*
- *Pesquisa, desenvolvimento e prospecção de negócios inovadores no setor.*
- *Programa BioPará e o aparato legal que o rege.*
- *Projeto Estruturante Cosméticos de Base Florestal da Amazônia- aspectos limitantes da cadeia de cosméticos na Amazônia.*

Lista de materiais utilizados e/ou produzidos (com links ou referências bibliográficas) e comentários:

- Foram produzidos Vídeo e cartilha com linguagem facilitada acerca dos conceitos trabalhados na Lei da Biodiversidade e sobre o SisGen.

- Cartilha: Novo Marco Legal sobre Acesso ao Patrimônio Genético e ao Conhecimento Tradicional Associado. Disponível em: [http://sustentabilidade.sebrae.com.br/Sustentabilidade/Para%20sua%20empresa/Publica%C3%A7%C3%B5es/Cartilhas%20-%20Novo%20Marco%20Legal%20da%20biodiversidade%20-%202017.pdf]. Acessado em: 8 de janeiro de 2020.
- Vídeo disponível em: <https://youtu.be/ItpgUng6s-Y>. Acessado em 14 de fevereiro de 2020.

Principais resultados e análise da iniciativa:

- O Sebrae fez um acordo de cooperação técnica com o MMA em 2017 para o desenvolvimento de cursos de capacitação em ABS e para tornar-se parceiro na formação de capacidades sobre o tema, tendo em vista a meta do órgão que é precisamente capacitar. Possui ampla experiência junto aos setores de micro e pequenas empresas. Tem promovido cursos e administrado inúmeras ferramentas de capacitação (embora em outros temas) como cursos presenciais e *online*, oficinas, oficinas por celular, jogos, desenvolvimento de vídeos, tutoriais e várias outras, atendendo a um público representativo de milhares de empresas de pequeno porte.

SEAD

<i>TÍTULO DA INICIATIVA:</i>
Seminário de Construção de Capacidades em ABS.
<i>Tipo de evento:</i> Seminário.
<i>Formato:</i> Presencial.
<i>Local:</i> Buenos Aires, Argentina.
<i>Ano / duração / carga horária:</i> 26 de abril de 2017. 8 horas.
<i>Organizadores:</i> MMA e a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República do Brasil (SEAD) e Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF Mercosul).
<i>Público alvo e número de participantes:</i>

Organizações da agricultura familiar integrantes da REAF Mercosul e gestores governamentais dos países componentes do Mercosul ampliado (Argentina, Paraguai, Uruguai, Colômbia e Brasil).

Conteúdos principais (resumido):

- Direitos dos Agricultores.
- Conceitos básicos em ABS: Panorama histórico e principais conceitos relacionados a acesso e repartição de benefícios da biodiversidade, como “o que são recursos genéticos”, “porque são importantes” e seu vínculo com o “conhecimento tradicional”, “o que é ABS e como funciona”.
- Regime Internacional de ABS (CDB, Protocolo de Nagoia e Direitos dos Agricultores familiares e Comunidades tradicionais), conceitos relacionados aos usos dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado.
- Legislação brasileira (Lei 13.123/15) e histórico de sua construção.
- A importância da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais nas discussões sobre ABS.
- Filme sobre a formação do protocolo comunitário do Bailique.
- A legislação de outros países.
- Grupos de trabalho para discussão sobre a pertinência do desenvolvimento de uma estratégia de capacitação em nível nacional e regional.

Lista de materiais utilizados e/ou produzidos (com links ou referências bibliográficas) e comentários:

- *Tool kit* da Convenção da Diversidade Biológica.
- Perguntas orientadoras concebidas pelos organizadores do seminário para os trabalhos em grupo.
- Recomendações produzidas e levadas à REAF para ascenderem a recomendações no âmbito do Mercosul.
- Agricultores familiares constituem um público tanto provedor, como usuário dos recursos genéticos da agricultura familiar e por isso a importância da iniciativa.
- Os países do Mercosul, em geral, são ricos em biodiversidade e funcionam como bancos de recursos genéticos para países mais desenvolvidos tecnologicamente.
- “I Seminário de ABS”, produto de consultoria: “Produto 5: Documento de instrução com a atualização do debate sobre propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimentos tradicionais refletindo as opiniões, consensos e dissensos, entre o público-alvo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que possa servir de base a eventos futuros”. Projeto de cooperação técnica internacional IICA/BRA/13/003 – Nova Ruralidade Brasileira: Compreensões e Implicações na Política Pública. Brasília, 2017.

Principais resultados e análise da iniciativa:

- Sensibilização dos participantes sobre a importância de promover discussões a respeito da garantia dos direitos das populações sobre o conhecimento tradicional e o uso dos recursos naturais em seus países.
- Adoção de resoluções para a internalização da agenda de ABS como uma agenda permanente no Mercosul, no Âmbito da REAF.
- Conclusões do seminário apontaram para a pertinência da construção de uma perspectiva comum sul-americana sobre as questões de ABS e para a necessidade de desenvolver estratégias regionais de capacitação, com um consenso de que o acesso e a repartição de benefícios da biodiversidade

são temas de extrema relevância para os agricultores familiares, especialmente em função do papel que estes desempenham na conservação da diversidade de sementes no Brasil e no mundo.

TÍTULO DA INICIATIVA:

II Seminário ABS.

Tipo de evento:

Seminário e saída de campo.

Formato:

Presencial.

Local:

Belém do Pará, Brasil.

Ano / duração / carga horária:

5, 6 e 7 de novembro de 2018. 24 horas.

Organizadores:

MMA, SEAD e REAF Mercosul.

Público alvo e número de participantes:

Representantes de organizações de agricultores familiares, gestores governamentais e pontos focais da Comissão de Mudanças Climáticas da REAF. Estiveram presentes seis países: Argentina, Paraguai, Uruguai, Colômbia, Chile e Brasil, totalizando 28 participantes em equilíbrio de gênero (14 homens e 14 mulheres).

Conteúdos principais (resumido):

- Histórico do tema de ABS na REAF.
- Introdução dos principais instrumentos internacionais (CBD - artigos 8j e 15) e Protocolo de Nagoia (artigo 22).
- Conceitos básicos: Patrimônio Genético, Conhecimento Tradicional Associado e Repartição de Benefícios.
- Inovações da legislação brasileira.
- Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen).
- Casos brasileiros envolvendo experiências de acesso e repartição de benefícios da biodiversidade. 1- Médio Juruá, no Amazonas (municípios de Juruá, Carauari e Itamaraty). Uma agroindústria de extração de óleo de andiroba estabeleceu relações comerciais com uma empresa de cosméticos. 2 - Relação entre a empresa Mercur e a revalorização da borracha nativa na Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio. 3- Cooperativa *Yanten* de mulheres camponesas que produzem fitoterápicos orgânicos. Situa-se em Medianeira, no Paraná, na fronteira com Paraguai e Argentina. “Projeto Plantas Medicinais de ITAIPU” e convênio com o Sistema único de Saúde. 4- Natura e a experiência em repartição de benefícios com várias comunidades e cooperativas no país, em especial na região

Amazônica. Foi pioneira no processo de regulamentação da repartição de benefícios com comunidades, tendo participado das rodadas de diálogo com o governo à época da constituição da lei brasileira de biodiversidade, em 2015. Apresentou exemplos de projetos de repartição de benefícios desenvolvidos com comunidades, voltados para o acesso a água e saneamento; estruturação de agroindústrias; educação; arranjos produtivos locais (hortaliças, plantas medicinais, recuperação de áreas degradadas, viveiros).

- O processo de construção da lei brasileira e o funcionamento do CGen sob o ponto de vista de uma conselheira indígena suplente do Conselho.

Lista de materiais utilizados e/ou produzidos (com links ou referências bibliográficas) e comentários:

- Apresentações teóricas, visitas de campo e relatos de experiências.
- Atividades de campo – 1- Visita à sede da cooperativa “Cofruta”, na cidade de Abaetetuba. Participantes vivenciaram uma experiência de extrativistas amazônicos que se uniram em cooperativa visando constituir um sistema de organização econômica e social capaz de articular a extração de produtos da biodiversidade com o desenvolvimento econômico das comunidades tradicionais envolvidas no extrativismo de oleaginosas. Conseguiram, assim, comercializar com uma fábrica de cosméticos brasileira que tem inserção mundial e são capazes hoje de competir nos mercados, tendo incrementado a sua capacidade técnica. 2- Visita à propriedade de um extrativista cooperado da COFRUTA na região das ilhas de Abaetetuba para conhecer a produção e ouvir o relato de sua experiência.
- Projeto de Cooperação Técnica Internacional IICA/BRA/13/003 – Nova Ruralidade Brasileira: compreensões e implicações na política pública. “Produto 1- Documento técnico contendo um plano de atividades para construção de capacidades em Acesso e Repartição de Benefícios com agricultores familiares como parte das ações para a regulamentação e cumprimento da lei 13.123/2015 e da Convenção da Diversidade Biológica, em atendimento ao Protocolo de Nagoia, visando a proteção do conhecimento tradicional e a conservação e uso sustentável da biodiversidade, com foco na participação dos agricultores familiares, em especial povos e comunidades tradicionais, visando o fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento sustentável”. 2019.

Principais resultados e análise da iniciativa:

- A conclusão do II Seminário apontou a importância de atuar de maneira coordenada entre países para promover a inclusão de agricultores familiares junto com povos e comunidades tradicionais, tal como são reconhecidos no Brasil⁸.
- Consenso de que o acesso e a repartição de benefícios da biodiversidade são temas centrais para os agricultores familiares por serem detentores, provedores e comercializadores.
- Adoção de uma agenda permanente de trabalho sobre ABS no Âmbito da Comissão de Mudanças Climáticas da REAF/Mercosul.

⁸ Na lei de agricultura familiar brasileira, a lei de sementes, os agricultores familiares e os povos indígenas e povos e comunidades tradicionais estão iguais. Seria importante que houvesse essa vinculação também na CDB.

<i>TÍTULO DA INICIATIVA:</i>
1º Simpósio Brasileiro sobre Acesso ao Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado (CTA): interfaces entre detentores de conhecimento tradicional associado, academia, empresas e governo.
<i>Tipo de evento:</i> Reunião de diálogo.
<i>Formato:</i> Presencial.
<i>Local:</i> Rio de Janeiro, RJ.
<i>Ano / duração / carga horária:</i> 05, 06 e 07 de novembro de 2019. 24 horas.
<i>Organizadores:</i> UERJ, Agência UFRJ de Inovação, Rede Pantaneira, FIOCRUZ, UEZO, ABIFINA, IPHAN, UFRRJ, UFF, UFOPA, Sebrae, L’oreal, GEF, PNUD e MMA.
<i>Público alvo e número de participantes:</i> Academia, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares detentores de CTA, empresas e instituições do terceiro setor) e Governo Federal.
<i>Conteúdos principais (resumido):</i> <ul style="list-style-type: none"> • Biodiversidade no contexto mundial (Protocolos e Convenções). • Panorama atual da legislação de acesso ao patrimônio genético e ao CTA. • Conhecimentos tradicionais como patrimônio cultural brasileiro. • Desafios da academia frente à Lei da Biodiversidade. • Perspectivas dos povos e comunidades detentoras do CTA na implementação da Lei 13.123/2015. • Academia, empresa e comunidade (desafios na geração de negócios envolvendo o patrimônio genético). • Panorama atual e perspectivas da indústria quanto ao acesso ao patrimônio genético, ao CTA e à repartição de benefícios. • Responsabilidade e ética no acesso ao patrimônio genético e ao CTA. • Comércio e propagação do uso popular e tradicional de plantas medicinais e produtos fitoterápicos • Instrumentos de consulta dos detentores de CTA e sua interface com o sistema de acesso e repartição de benefícios (protocolos de consulta, protocolos comunitários e outros instrumentos).

- Perspectivas dos detentores de conhecimento tradicional associado sobre o comércio justo e reparação de benefícios

Lista de materiais utilizados e/ou produzidos (com links ou referências bibliográficas) e comentários:

- Espaço de networking e facilitação de encontros tecnológicos, onde empresas e instituições receberam possíveis interessados.
- Oficina com detentores de CTA com representantes de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, parceiros e potenciais parceiros que atuam junto a estas comunidades na implementação da Lei 13.123/2015.

Principais resultados e análise da iniciativa:

- Não foi possível fazer uma análise do evento devido à falta de insumos como o relatório final, que ainda não foi concluído.
- Existia a intenção de publicar um número especial sobre “Acesso ao Patrimônio Genético e ao Conhecimento Tradicional Associado no Brasil: Impactos, desafios e oportunidades com o Marco Regulatório da Biodiversidade” pela Revista ACTA SCIENTIAE & TECHNICA (ISSN: 2317-8957), entretanto não parece ter sido publicado.

Protocolos comunitários foram listados neste levantamento por constituírem processos relevantes na construção de capacidades entre PIPCTAFs no tema de ABS e, ainda, pela geração de material que poderá ser aproveitado na construção da estratégia de capacitação que inclui o projeto político pedagógico, a seleção de conteúdos e o planejamento das ações pedagógicas.

Além disso, eles são instrumentos referendados tanto pela Lei nº13.123/15 na qual a adesão aos protocolos comunitários é uma das formas de comprovação de consentimento prévio informado, como no Protocolo de Nagoia.

<p><i>TÍTULO DA INICIATIVA:</i></p> <p><i>Protocolo do Bailique</i></p>
<p><i>Tipo de evento:</i></p> <p>Oficinas.</p>
<p><i>Formato:</i></p> <p>Presencial.</p>
<p><i>Local:</i></p> <p>Arquipélago do Bailique, AP.</p>
<p><i>Ano / duração / carga horária:</i></p> <p>De outubro de 2013 a dezembro de 2014 (a primeira fase, referente à construção da metodologia. Após isto, mais dois anos de implementação).</p>
<p><i>Organizadores:</i></p> <p>Rede GTA (Grupo de Trabalho Amazônico).</p>
<p><i>Público alvo e número de participantes:</i></p> <p>36 comunidades do Arquipélago do Bailique, AP.</p>
<p><i>Conteúdos principais (resumido):</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Diagnóstico socioeconômico, ambiental e cultural.• Conceitos e políticas públicas voltadas para povos e comunidades tradicionais.• Introdução básica da lei brasileira de Acesso a Recursos Genéticos e Conhecimento Tradicional Associado.• Convenção da Diversidade Biológica (CDB)• Protocolo de Nagoia e Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

- Exemplo concreto de um caso de Acesso ao Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado.
- Apresentação sobre potencial do biocomércio.
- Apresentação específica sobre o que é um Protocolo Comunitário, construir um e qual o papel da comunidade no processo.
- Acordo de boas práticas.

Lista de materiais utilizados e/ou produzidos (com links ou referências bibliográficas) e comentários:

- Metodologia da Certificação Socioparticipativa da Rede GTA.
- Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) e Protocolo de Nagoia.
- Legislação nacional vigente à época sobre acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados (MP 2186-16/2001).
- Metodologia para a construção de protocolos comunitários disponível em: [http://www.gta.org.br/wp-Content/uploads/2015/01/GTA_metodologia_ONLINE1.pdf]. Acessado em 09 de fevereiro de 2020.
- Metodologia de certificação socioparticipativa disponível em: [<http://www.gta.org.br/>]. Acessado em: 09 de fevereiro de 2020.
- Oficina com três passos: capacitação, consentimento comunitário e discussão de temas do Protocolo.
- A comunidade escolhe lideranças ou representantes com legitimidade para representar a todos.
- Instrumento de gestão territorial, manejo e uso sustentável dos recursos naturais e ferramenta de proteção do conhecimento tradicional associado ao acesso aos recursos genéticos.

Principais resultados e análise da iniciativa:

- Processo de consulta e formação de capacidades.
- Ao definir critérios e instrumentos de gestão territorial e de manejo e uso sustentável de recursos naturais, vai além do cumprimento das recomendações da CDB e alinha-se ao que preconiza a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre a necessidade de estabelecer o processo de construção do Consentimento Prévio Informado, podendo inclusive funcionar como substitutivo nesse sentido.
- Aperfeiçoa modelo que se propõe a preparar as comunidades apenas para fazer negócios com empresas.
- Ferramenta de sensibilização e fortalecimento de capacidades em ABS destinado aos principais grupos alvo desta consultoria.

TÍTULO DA INICIATIVA:

Protocolo Biocultural Comunitário da Reserva Extrativista (Resex) do Riozinho do Anfrísio

Tipo de evento:

Reuniões e oficinas.

Formato:

Presencial.

Local:

Terra do Meio, PA.

Ano / duração / carga horária:

De 2012 a 2013.

Organizadores:

Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) e pelo ISA (Instituto Socioambiental)

Público alvo e número de participantes:

57 famílias. 279 habitantes. 27 localidades.

Conteúdos principais (resumido):

- Definição do escopo do Protocolo.
- Apresentação da comunidade.
- Relação da comunidade com os recursos manejados.
- Organização social e instrumentos de gestão da comunidade.
- Documentos existentes que norteiam a gestão, uso da área e dos recursos.
- Levantamento dos produtos de maior conhecimento e interesse comercial.
- Relação comercial diferenciada / ética.
- Construção de parcerias comerciais entre comunidades e setor empresarial.
- Preparo dos comunitários para fazer negócios com empresas.
- Benefícios econômicos.
- Plano de negócios com enfoque específico no desenvolvimento de melhores práticas.
- Relações comerciais com provedores.

Lista de materiais utilizados e/ou produzidos (com links ou referências bibliográficas) e comentários:

- Plano de Manejo.
- Plano de Utilização.
- Plano de Ação para fortalecimento das cadeias de produtos extrativistas da Terra do Meio.
- “Avaliação econômica das principais cadeias de produtos da sociobiodiversidade da Resex Riozinho do Anfrísio”.
- Todos disponíveis em:
[https://www.imaflora.org/downloads/biblioteca/525d4abdb1776_ProtocoloBiocultural_Riozinho_ca pa_10Out13pdf.pdf].

Principais resultados e análise da iniciativa:

- Organização dos extrativistas que vivem na Resex do Riozinho do Anfrísio voltada a estabelecer bases para a utilização da biodiversidade e para que as intervenções de instituições na região e as futuras parceiras comerciais possam ser construídas e ocorram respeitando seus valores e modo de vida e para que sigam os princípios do comércio justo.

TÍTULO DA INICIATIVA:

Protocolo Comunitário Biocultural das Raizeiras do Cerrado

Tipo de evento:

Reuniões e oficinas.

Formato:

Presencial.

Local: Turmalina, MG.

Ano / duração / carga horária:

2008, com a realização de doze encontros regionais e dois encontros nacionais.

Organizadores:

Articulação Pacari.

Público alvo e número de participantes:

Representantes de 43 grupos comunitários dos Estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Maranhão.

Conteúdos principais (resumido):

- Critérios coletivos de segurança e eficácia de remédios caseiros.
- Construção da identidade social das raizeiras e a elaboração de metas para a conservação da biodiversidade do Cerrado.
- Políticas públicas existentes.
- Acordos internacionais relacionados ao tema “biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados.”
- Pontos de convergência entre as leis existentes e o direito consuetudinário.

Lista de materiais utilizados e/ou produzidos (com links ou referências bibliográficas) e comentários:

- Voltado para garantir o direito consuetudinário de praticar a medicina tradicional.
- Protagonismo feminino.
- Protocolo disponível em: [http://www.pacari.org.br/wp-content/uploads/2016/03/PROTOCOLO_VERSAO2016_PAGINAdupla.pdf]. Acessado em 09 de fevereiro de 2020.

Principais resultados e análise da iniciativa:

- Elaboração de propostas para que o uso e os saberes relacionados à medicina tradicional sejam incentivados e promovidos por meio de diferentes políticas públicas nacionais e fomentem a implementação da CDB.
- O Protocolo é utilizado para garantir os acordos comunitários elaborados, bem como para fomentar a construção de uma legislação que garanta a essas mulheres o direito do uso tradicional e sustentável da biodiversidade.

Análise dos principais materiais disponíveis

<ul style="list-style-type: none">• TÍTULO DO MATERIAL: “Consultoria sobre proteção de conhecimentos tradicionais, inovações e práticas dos povos indígenas, acesso a recursos genéticos e repartição justa e equitativa dos benefícios advindos do uso desses conhecimentos, inovações e práticas.”
Tipo do material e formato: Produto de consultoria.
Descrição: Pretendeu qualificar e fortalecer a atuação dos representantes indígenas e indigenistas nas instâncias em nível nacional e internacional, bem como contribuir para proteger e salvaguardar os conhecimentos tradicionais e garantir a repartição de benefícios. Teve como objetivos gerais: (i) Ampliar as capacidades de interlocutores indígenas e indigenistas relevantes para atuarem como multiplicadores do tema no país; (ii) reforçar a importância da salvaguarda dos conhecimentos e práticas tradicionais dos povos indígenas, mais especificamente aqueles associados à biodiversidade brasileira; e (iii) viabilizar uma visão integrada da agenda ABS em nível nacional e internacional com marcos jurídicos da política indigenista.
Ano de publicação ou produção: 2018.
Organizadores: Funai e MMA.
Público alvo: Indígenas e indigenistas.
Conteúdos principais: <ul style="list-style-type: none">• Nivelamento de Conceitos.• Principais marcos internacionais, nacionais e indigenistas - linha do tempo.• Apresentação do vídeo – “o veneno da jararaca”.• Experiências práticas sobre participação de benefícios.• Propostas para fortalecer a atuação da Funai e dos indígenas na agenda ABS.
Análise e comentários: Não foi possível analisar o material pois não se encontra disponível <i>online</i> .
Recomendações para uso: Não é possível recomendar.

<ul style="list-style-type: none"> • TÍTULO DO MATERIAL: <i>“The Convention on Biological Diversity and the Nagoya Protocol: Intellectual property implications. A handbook on the implications of the interface between global access and benefit sharing rules and intellectual property”</i>.
Tipo do material e formato: Manual.
<p>Descrição:</p> <p>O material trata da interface entre ABS e propriedade intelectual.</p>
Ano de publicação ou produção: 2014.
Organizadores: <i>United Nations</i> , UNCTAD e GIZ.
Público alvo: todos os interessados em compreender a relação entre propriedade intelectual e ABS.
<p>Conteúdos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O quadro internacional de acesso e participação de benefícios Recursos genéticos e conhecimento tradicional associado. • Além do protocolo da CDB e do Protocolo de Nagoiya: outros instrumentos Que afetam o sistema de ABS e a propriedade intelectual. • Divulgação de origem / fonte e proveniência jurídica. • Mecanismos adicionais. • Proteção do conhecimento tradicional. • Sinais distintivos, produtos derivados da biodiversidade e proteção de conhecimento tradicional. • Contratos privados.
<p>Análise e comentários:</p> <p>A publicação foi desenvolvida como um manual destinado a entender melhor as implicações de propriedade intelectual da CDB e o Protocolo de Nagoya sobre ABS e repartição justa e equitativa de benefícios decorrentes de sua utilização.</p> <p>Aponta que Propriedade intelectual e ABS são funções reguladoras, mas, em última instância, esses dois sistemas dependem do direito privado para sua implementação real. Entende que os termos-chave nos acordos ABS são meios importantes para garantir os direitos do provedor em qualquer situação em que o acesso esteja sendo considerado.</p> <p>A negociação de tais contratos deve estar ciente do significado dessas disposições, a fim de garantir que o contrato não permita ou leve à apropriação indevida ou outras onsequências. Por mais que o conhecimento da lei seja importante, o mesmo ocorre com as habilidades de negociação do fornecedor.</p> <p>O manual se dedica à análise do conteúdo da CBD e aos elos entre o sistema de ABS estabelecido pelo Protocolo de Nagoya e pelas obrigações do Acordo TRIPS que afetam os objetivos da Convenção, bem como atenta para o fato de que novas regras podem</p>

surgir nos fóruns mencionados. Como observação geral, conclui que muitos dos problemas considerados controversos podem levar algum tempo para chegarem a um acordo justo.
<p>Recomendações para uso:</p> <p>Pode ser utilizado para cursos de vários formatos, palestras e para abordagens de educação que combinem materiais educacionais e oportunidades de interação <i>online</i> com métodos tradicionais de sala de aula.</p>

<ul style="list-style-type: none"> • TÍTULO DO MATERIAL: <i>“BioTrade and Access and Benefit Sharing: From concept to practice - A handbook for policymakers and regulators”</i>.
Tipo do material e formato: Manual.
<p>Descrição:</p> <p>O manual procura orientar formuladores de políticas e gestores públicos que trabalham da regulação do sistema de ABS quanto ao desenvolvimento e a implementação do biocomércio e às medidas relacionadas ao acesso e à repartição de benefícios em nível nacional, consistentes com o Protocolo de Nagoya e a repartição justa e equitativa de benefícios decorrentes de sua utilização.</p>
Ano de publicação ou produção: 2017
Organizadores: <i>United Nations</i> .
Público alvo: Formuladores de políticas e gestores públicos.
<p>Conteúdos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Introdução ao ABS e ao biocomércio. • Questões preliminares de consideração sobre políticas e reguladores. • Interação e sinergias entre conceitos e requisitos de ABS e biocomércio. • Objetivos de pesquisa e mudanças de intenção. • Repartição de benefícios: desenvolvimento de contratos de negociação. • Adaptando o protocolo de Nagoya: considerações-chave para desenvolvimento e implementação do jurídico nacional. • Realizar atividades relativas aos conhecimento tradicional e territórios. • ABS e biocomércio: esquemas de certificação, normas, metodologias e melhores práticas. • A importância da propriedade intelectual em projetos de ABS e biocomércio e negócios.
<p>Análise e comentários:</p> <p>Destina-se a facilitar o processo de desenvolvimento de boas práticas legais, regulamentares e administrativas. Mede e auxilia as práticas diárias dos reguladores de ABS. É uma ferramenta de "como fazer", complementada com exemplos práticos,</p>

estudos de caso e listas de verificação, que facilitam seu uso e aplicação principalmente, embora não apenas pelos formuladores de políticas e reguladores da ABS e biocomércio. É feita uma distinção entre formuladores de políticas e reguladores.
<p>Recomendações para uso:</p> <p>Recomendado para formuladores de políticas e gestores públicos. Manual direcionado principalmente aos formuladores de políticas e reguladores das Partes da CDB e Protocolo de Nagoya e onde atividades e projetos relacionados ao biocomércio e ABS estão ocorrendo ou podem se desenvolver no futuro. Relevante para os países que estão no processo de definir ou redigir suas estruturas nacionais de ABS, o que não é o caso do Brasil.</p>

<ul style="list-style-type: none"> • TÍTULO DO MATERIAL: Plataforma virtual “<i>Global Campus 21</i>”
Tipo do material e formato: plataforma virtual de aprendizagem.
<p>Descrição:</p> <p>O “<i>Global Campus 21</i>” foi um local para aprendizado digital e intercâmbio virtual por duas décadas. Durante esse período, a plataforma recebeu mais de 120.000 usuários, oferecendo-lhes uma plataforma inovadora para formas modernas de aprender e cooperar.</p>
Ano de publicação ou produção: 2000-2019.
Organizadores: GIZ.
Público alvo: Gestores públicos e lideranças indígenas dos países membros da OTCA.
<p>Conteúdos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudos de caso na América Latina e na Ásia, legislações nacionais e mecanismos globais de ABS. • Proteção/comercialização e propriedade intelectual. • Proteção dos conhecimentos tradicionais e implicações legais. • Protocolo de Nagoya. • Repartição de benefícios. • Biocomércio e histórico da UNCTAD⁹, com adaptações para o contexto dos oito países membros do Tratado de Cooperação Amazônica. • Medidas legais, regulamentares e administrativas

⁹ Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

<ul style="list-style-type: none"> • Oportunidades e desafios em ABS. • Lacunas entre partes interessadas.
<p>Análise e comentários:</p> <p>A GIZ está introduzindo novos sistemas que assumirão os serviços de educação virtual em breve. O encerramento completo da plataforma está programado para meados de 2020.</p>
<p>Recomendações para uso:</p> <p>A plataforma será desativada em breve. Não há como recomendar seu uso. Entretanto a GIZ deve oferecer em breve nova plataforma de EAD.</p>

<ul style="list-style-type: none"> • TÍTULO DO MATERIAL: “Instrumentos de gestão e PGTA¹⁰ resultantes do projeto GATI”¹¹.
<p>Tipo do material e formato: Cartilhas.</p>
<p>Descrição:</p> <p>Material que se propõe a ser utilizado para a formação continuada sobre a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, tendo em vista as adequações regionais e locais, de modo a atender às especificidades socioambientais e culturais de cada área de abrangência.</p>
<p>Ano de publicação ou produção: 2012.</p>
<p>Organizadores: Funai e IIEB.</p>
<p>Público alvo: Indígenas e gestores públicos.</p>
<p>Conteúdos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conteúdos definidos nas oficinas de formação. • Acordos de convivência. • Ocupação e uso do território pelos povos indígenas. • Proteção territorial dos recursos naturais. • Governança e participação indígena. • Planos de gestão territorial e ambiental. • Proteção territorial e dos recursos naturais.

¹⁰ Projetos de Gestão Territorial em Terras Indígenas.

¹¹ Gestão Ambiental em Terras Indígenas.

- Áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas.
- Prevenção e Recuperação de danos ambientais.
- Uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas.
- Propriedade intelectual e patrimônio genético.
- Capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental.
- Planos de vida.
- Etnomapeamento.
- Agroecologia, agroflorestas e restauração ambiental.
- Direitos indígenas.

- Análise e comentários:

O material é qualificado e preparou o público alvo em relação às atividades e objetivos da PNGATI. Procurou valorizar os conhecimentos tradicionais, complementando-os com novos conhecimentos e ferramentas de gestão e proteção territorial.

Foram feitos intercâmbio de experiências de gestão em Terras Indígenas.

Foram apontadas dificuldades de informação devido ao tempo proposto para o trabalho.

Recomendações para uso:

O material e a metodologia são adequados para o trabalho com povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. Foram abordados temas que podem ser aproveitados para futuros processos de formação em ABS.

- TÍTULO DO MATERIAL: “Entendendo a PNGATI”.

Tipo do material e formato: Cartilha.

Descrição:

Oferece aos potenciais implementadores da PNGATI a possibilidade de entender essa política pública, com o objetivo de colocá-la em prática em seu cotidiano de atuação. O material traz informações para entender a PNGATI, os movimentos que lhe deram origem, seus objetivos, diretrizes, eixos e instrumentos. O material está dividido em quatro partes. A primeira apresenta uma contextualização do caminho de lutas trilhado até a elaboração da política. A segunda parte apresenta a PNGATI e as principais ferramentas de gestão territorial e ambiental. A terceira parte traz a discussão sobre

<p>cada um dos sete eixos temáticos da PNGATI. A quarta e última parte traz informações sobre as instâncias de governança da PNGATI, como foi feita e possibilidades de financiamento. Por fim, os anexos trazem a composição do Grupo de Trabalho Interministerial que coordenou a elaboração da política, dados sobre a realização das consultas regionais aos povos indígenas e informações sobre o Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena.</p>
<p>Ano de publicação ou produção: 2015.</p>
<p>Organizadores: Funai.</p>
<p>Público alvo: Implementadores da PNGATI</p>
<p>Conteúdos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Políticas públicas e povos indígenas. • Ferramentas para gestão territorial e ambiental. • Organização dos eixos da PNGATI. • Governança DA PNGATI.
<p>Análise e comentários:</p> <p>Apresenta, em linguagem acessível, a PNGATI e traz exemplos de iniciativas e experiências desenvolvidas em conjunto por povos indígenas, o Estado brasileiro e instituições e organizações parceiras. Além disso, por meio da discussão dos objetivos e dos eixos temáticos, bem como do arranjo de governança e de implementação da PNGATI, aproxima o texto da política às realidades das comunidades indígenas.</p>
<p>Recomendações para uso:</p> <p>Conta o histórico de um modelo de construção de política que pode ser utilizado em formações como exemplo de processos participativos e de consulta aos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.</p>

<ul style="list-style-type: none"> • TÍTULO DO MATERIAL: “Plano integrado de implementação da política nacional de gestão territorial e ambiental de Terras indígenas. ”
<p>Tipo do material e formato: Cartilha.</p>
<p>Descrição:</p> <p>Apresenta o Plano integrado da PNGATI. Propõe ações e metas a serem executadas de forma integrada por instituições governamentais, organizações indígenas e indigenistas, em prol da qualidade de vida e bem estar nas Terras Indígenas do país.</p>
<p>Ano de publicação ou produção: 2016.</p>
<p>Organizadores: Projeto Bati/Funai.</p>
<p>Público alvo: Instituições governamentais, organizações indígenas e indigenistas.</p>

<p>Conteúdos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Processo de construção do plano integrado de implementação da PNGATI. • O plano integrado de implementação da PNGATI. • Proteção territorial e dos recursos naturais. • Governança e participação indígena. • Áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas. • Prevenção e recuperação de danos ambientais. • Uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas. • Propriedade intelectual e patrimônio genético. • Capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental.
<p>Análise e comentários:</p> <p>A cartilha é uma ferramenta para a gestão das terras indígenas, ajudando a garantir a proteção territorial, estimulando iniciativas produtivas indígenas, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais e contribuindo para o reconhecimento da importância dos conhecimentos indígenas referentes ao meio ambiente e ao uso, conservação e manejo da biodiversidade.</p> <p>Construída com a participação e o protagonismo dos povos indígenas e a valorização das formas próprias de gestão de seus territórios.</p>
<p>Recomendações para uso:</p> <p>Pode ser utilizado em formações para expor os objetivos, ações e metas relacionadas ao reconhecimento da importância dos conhecimentos indígenas referentes ao uso, conservação e manejo da biodiversidade e do meio ambiente - “Eixo 6”, que trata da proteção e salvaguarda dos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético que compõe a biodiversidade. O eixo procura promover também a valorização das práticas, ciências e saberes indígenas, bem como incentivar o diálogo intercultural.</p>

<ul style="list-style-type: none"> • TÍTULO DO MATERIAL: “Relatório da Oficina de Capacitação em Acesso e Repartição de Benefícios”.
<p>Tipo do material e formato: Relatório.</p>
<p>Descrição:</p> <p>Relatório da oficina de capacitação em ABS voltada para qualificar e fortalecer a atuação dos representantes indígenas e indigenistas nas instâncias em nível nacional e internacional.</p>
<p>Ano de publicação ou produção: 2018.</p>
<p>Organizadores: FUNAI</p>

Público alvo: Representantes indígenas e indigenistas nas instâncias de debate e tomada de decisão em ABS em nível nacional e internacional.
<p>Conteúdos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nivelamento de conceitos: biodiversidade; recursos genéticos; patrimônio genético; acesso ao patrimônio genético; acesso ao conhecimento tradicional; consentimento prévio informado; CTA à biodiversidade. • Principais marcos internacionais, nacionais e indigenistas: construção de duas linhas do tempo sobre os principais marcos relacionados à repartição de benefícios da biodiversidade, uma nacional e outra internacional. • Vídeo: “O veneno da jararaca”: resumos dos principais pontos tratados no debate. • Experiências práticas sobre participação de benefícios: a experiência dos Satere Mawe com o Waranã; caso do Murumuru dos Ashaninka do Acre; o caso do Pequi do Alto Xingu; • Propostas para fortalecer a atuação da Funai e dos indígenas: construindo os próximos passos da Agenda ABS.
<p>Análise e comentários:</p> <p>O relatório consiste num informe conciso sobre a oficina realizada. Não aprofunda os conceitos, embora traga o relato dos processos de sistematização das discussões havidas.</p>
<p>Recomendações para uso:</p> <p>A metodologia adotada pode servir de base para a realização de oficinas curtas e pontuais.</p> <p>O relato das discussões e trabalhos em grupo pode contribuir para a formulação de outras oficinas.</p> <p>Em relação ao estudo dos conteúdos de ABS, é preciso buscar apoio em outras fontes, pois são abordados de forma superficial.</p>

<ul style="list-style-type: none"> • TÍTULO DO MATERIAL: “Guia de apoio à regulamentação da Lei 13.123/2015 (ISA)”.
Tipo do material e formato: Manual.
<p>Descrição:</p> <p>Guia de apoio à análise da minuta do decreto de regulamentação da Lei 13.123/2015 que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional e sobre a repartição de benefícios para a conservação e uso sustentável da biodiversidade.</p>

Ano de publicação ou produção: 2015.
Organizadores: ISA.
Público alvo: Detentores de conhecimento tradicional.
<p>Conteúdos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A CDB: <ul style="list-style-type: none"> - O reconhecimento do conhecimento tradicional na CDB. - A Lei de acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado (CTA). • Conceitos e pontos para a regulamentação: <ul style="list-style-type: none"> - Patrimônio Genético (PG); - CTA ao PG. - Conhecimento tradicional de origem identificável e conhecimento tradicional de origem não identificável; - Provedor de conhecimento tradicional associado; - Usuários; - Acesso ao conhecimento tradicional associado; - Consentimento prévio informado; - Protocolos comunitários; - Formas de reconhecimento dos conhecimentos tradicionais; - Repartição de benefícios; - Isenções da repartição de benefícios; - Modalidades de repartição de benefícios; - Acordo de repartição de benefícios; - Acordo setorial; - O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – Cgen; - Estabelecimento de diretrizes e critérios para a elaboração e cumprimento do acordo de repartição de benefícios; - Criação e manutenção de bancos de dados; - Registro de notificações de produtos acabados ou material reprodutivo e o respectivo acordo de repartição de benefícios; - Atestado de regularidade de acesso; - Estabelecimento de diretrizes para a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios; - Cadastro; - Notificação; - Fundo Nacional de Repartição de Benefícios; • Situações de acesso esquematizadas: <ul style="list-style-type: none"> - Acesso ao CTA de origem identificável; - Acesso ao CTA de origem não identificável; - Acesso ao PG.
Análise e comentários:

Material bastante completo, produzido para subsidiar as discussões acerca da regulamentação da Lei 13123/2015 por parte dos detentores de conhecimento tradicional. Especialmente elaborado para esse público alvo.
Recomendações para uso: Recomenda-se o uso do guia para cursos de formação em ABS voltados para detentores de conhecimento tradicional.

<ul style="list-style-type: none"> • TÍTULO DO MATERIAL: “Consulta pública sobre a regulamentação da Lei da Biodiversidade”.
Tipo do material e formato: registro de consulta pública <i>online</i> .
<p>Descrição:</p> <p>Consulta pública sobre a regulamentação da lei da biodiversidade, à época de sua construção.</p>
Ano de publicação ou produção: 2015.
Organizadores: MMA.
Público alvo: comunidades indígenas e locais, setor acadêmico, empresarial, organizações governamentais e não-governamentais.
<p>Conteúdos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A relação entre as comunidades detentoras do conhecimento e o setor usuário. • Representatividade no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. • Aplicação dos recursos do Fundo de Gestão do Patrimônio Genético. • Rastreabilidade do acesso e uso do patrimônio genético. • Regulamentação dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos. • Proteção do conhecimento tradicional e repartição equitativa de benefícios da biodiversidade. • Relações entre usuários e provedores.
<p>Análise e comentários:</p> <p>A consulta foi uma contribuição para o projeto final de regulamentação da Lei da Biodiversidade (Nº 13.123/2015). Realizada pelo Governo Federal com a finalidade de ouvir os diversos envolvidos no sistema de ABS a respeito da minuta de regulamentação que foi elaborada pela Casa Civil e que contou com a contribuição de ministérios e de membros da sociedade civil ligados ao tema.</p>
Recomendações para uso:

É recomendado fazer alusão apenas ao processo de consulta (e não a utilização da consulta em si como um material de formação), uma vez que o mesmo surgiu como uma reivindicação da sociedade civil organizada como uma possibilidade de reparação pelo não envolvimento de todos os setores do sistema de ABS nas discussões prévias que deram origem à minuta de Decreto.

- TÍTULO DO MATERIAL: Apresentações do seminário sobre “Acesso aos Recursos Genéticos e aos Conhecimentos Tradicionais Associados” do MPF.

Tipo do material e formato: Apresentações em *power point* disponíveis *online*.

Descrição:

Slides de apresentação de conteúdos desenvolvidos pelos palestrantes para a realização do seminário de um dia.

Ano de publicação ou produção: 2006.

Organizadores: Escola Superior do Ministério Público da União.

Público alvo: Procuradores da República.

Conteúdos principais:

- Regime internacional de acesso a recursos genéticos e repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso da biodiversidade.
- Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura.
- Lei 9.279/96 – Interfaces entre a biodiversidade e os direitos de propriedade intelectual.
- Alguns casos célebres de biopirataria.
- Indicações geográficas -indicações de procedência e denominações de origem.
- Medida Provisória no. 2.186-16, de 23/08/2001: regulamenta a aplicação da CDB no Brasil.
- Histórico dos Projetos de lei.
- Principais instrumentos jurídicos: Autorização de Acesso e de Remessa; Autorização Especial de Acesso e Remessa; Termo de Transferência de Material; e, Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios.
- Harmonização dos artigos 8ª (j) da CDB e 27.3(b) do TRIPS.

<p>Análise e comentários:</p> <p>O seminário capacitou procuradores da república sobre a legislação vigente à época sobre acesso aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados.</p>
<p>Recomendações para uso:</p> <p>Como foi realizado há mais de 14 anos, os conteúdos encontram-se desatualizados, o que torna o uso das apresentações não adequado para formações futuras.</p>

<p>• TÍTULO DO MATERIAL: Diálogo, o Acesso ao Patrimônio Genético, aos Conhecimentos Tradicionais Associados e à Repartição de Benefícios na Perspectiva do Setor Empresarial</p>
<p>Tipo do material e formato: cartilha, banco de dados, vídeo, etc....</p>
<p>Descrição:</p> <p>Documento técnico contendo os resultados consolidados de um seminário, com a sistematização das dinâmicas e peculiaridades das cadeias produtivas dos diversos setores, identificação as dificuldades na implementação da legislação, avaliação da possibilidade de propor uma abordagem setorial na nova lei ou de propor “a simplificação da mesma de modo a atender todos os setores igualmente.”</p>
<p>Ano de publicação ou produção: 2017.</p>
<p>Organizadores: GSS, Natura e CNI.</p>
<p>Público alvo: Empresas usuárias de recursos genéticos.</p>
<p>Conteúdos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ABS no cenário nacional: Lei da Biodiversidade no Brasil. • Conferência das Partes, seus Protocolos e o Protocolo de Nagoya. • Normas Internacionais. • Sobre a Natura. • Sobre a GSS Sustentabilidade.
<p>Análise e comentários:</p> <p>Gerou um rol de recomendações voltadas a atender a demanda dos setores da economia que utilizam componentes da biodiversidade em suas atividades produtivas.</p> <p>Procurou oferecer às empresas usuárias de recursos genéticos no Brasil a compilação e a análise de normas e diretrizes que orientam o uso dos recursos genéticos com o objetivo de orientar a tomada de decisão de empresários em investimentos de produtos baseados na biodiversidade. Explora as oportunidades de geração de novos produtos a partir da biodiversidade brasileira, tais como fármacos, cosméticos,</p>

alimentos, defensivos agropecuários, entre outros. A ideia foi a de estimular o biocomércio.
Recomendações para uso: Com perspectiva estritamente empresarial, não é adequado para o uso em formações em ABS voltadas para povos e comunidades tradicionais.

<ul style="list-style-type: none"> • TÍTULO DO MATERIAL: “Novo Marco Legal sobre Acesso ao Patrimônio Genético e ao Conhecimento Tradicional Associado: aspectos importantes para os pequenos negócios”.
Tipo do material e formato: Cartilha.
Descrição: Síntese do conteúdo da Lei N° 13.123, de 20 de maio de 2015 (Lei do Patrimônio Genético) e do Decreto N° 8.772, de 11 de maio de 2016.
Ano de publicação ou produção: 2017.
Organizadores: MMA e Sebrae.
Público alvo: Usuários que realizam pequenos negócios.
Conteúdos principais: <ul style="list-style-type: none"> • A Lei de Biodiversidade: conceitos importantes e principais pontos. • Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. • Acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado e remessa de amostras. • Consentimento prévio informado. • Notificação de produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado. • Repartição de benefícios: isenções da repartição de benefícios e conceitos importantes. • Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios e Programa Nacional de Repartição de Benefícios. • Adequação dos usuários às regras da Lei N° 13.123, de 2015.
Análise e comentários: O documento tem como objetivo disseminar uma síntese do conteúdo da Lei N° 13.123, de 20 de maio de 2015 (Lei do Patrimônio Genético) e do Decreto N° 8.772, de 11 de maio de 2016 para geração de conhecimento às empresas que realizam pequenos negócios e demais interessados que fazem a exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado. Com o estabelecimento do prazo legal de um ano para a adaptação às novas regras, a iniciativa foi importante no sentido de

informar aos usuários sobre a necessidade de repartir os benefícios obtidos com essa exploração econômica.
<p>Recomendações para uso:</p> <p>Por ser um instrumento voltado para pequenos empresários não é adequado para uso em formações de ABS voltadas para povos indígenas e comunidades tradicionais, ao menos que possa atender ao público de detentores que também se caracterizam como potenciais comercializadores de produtos da biodiversidade e se interessem em fazê-lo.</p>

<ul style="list-style-type: none"> • TÍTULO DO MATERIAL: “<i>Tool kit</i>” da Convenção sobre Diversidade Biológica.
Tipo do material e formato: Fichas técnicas, cartilhas, plataforma EAD, vídeos e apresentações em <i>power point</i> .
<p>Descrição:</p> <p>Kit de ferramentas disponibilizado pela CDB para os interessados em ABS.</p>
Ano de publicação ou produção: 2011.
Organizadores: Secretariado da CDB.
Público alvo: provedores, usuários, pontos focais nacionais e autoridades nacionais competentes.
<p>Conteúdos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A CDB. • Acesso e repartição de benefícios. • Recursos genéticos e conhecimento tradicional. • Usos da biodiversidade. • As Diretrizes de Bonn. • Implementação Nacional. • O Protocolo de Nagoia. • Estudos de caso.
<p>Análise e comentários:</p> <p><i>Kit</i> bastante completo ofertado aos países Parte, signatários da CDB. A brochura e as fichas técnicas estão disponíveis como PDFs de baixa resolução para visualização na Web e em alta resolução para impressão de alta qualidade, de forma a fornecer insumos e informações de qualidade para os países que desejem necessitem de subsídios para a implementação dos sistemas nacionais de ABS. Além disso, estão disponíveis vídeos e plataforma de aprendizagem que podem ser amplamente utilizados. Os materiais, entretanto, não estão disponíveis em português, mas podem ser adaptados.</p>

Recomendações para uso:

É recomendada a utilização das ferramentas para apresentação dos conteúdos definidos como prioritários em cursos de formação para povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, sempre que adaptadas às necessidades do público alvo.

- TÍTULO DO MATERIAL: “Documento de instrução com a atualização do debate sobre propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimentos tradicionais refletindo as opiniões, consensos e dissensos, entre o público-alvo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que possa servir de base a eventos futuros”.

Tipo do material e formato: Documento técnico.

Descrição:

Fornece instrução sobre os temas de propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimentos tradicionais e como se relacionam com os temas da agricultura familiar.

Ano de publicação ou produção: 2017.

Organizadores: Projeto de cooperação técnica internacional IICA/BRA/13/003 – Nova Ruralidade Brasileira: Compreensões e Implicações na Política Pública.

Público alvo: agricultores familiares.

Conteúdos principais:

- Instrumentos de proteção da propriedade intelectual, da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais.
- Contextualização nacional.
- Como o tema de ABS vem sendo tratado no âmbito da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF) /Mercosul).

Análise e comentários:

Apresenta os temas de propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos e traz reflexões havidas no debate sobre como desenvolver uma estratégia para a agenda de ABS em nível regional na América do Sul. Ao abordar os direitos dos agricultores familiares que vivem em zona rural e fazem a gestão de seus recursos, especialmente em função do papel que estes desempenham na conservação da diversidade de sementes no Brasil e no mundo, o documento contempla uma dimensão ambiental, na perspectiva de pensar e refletir sobre a preservação dos recursos naturais e os meios de vida dos agricultores familiares.

Recomendações para uso:

Especificamente voltado para o público da agricultura familiar, pode ser apropriado para planejar as ações voltadas aos agricultores familiares nos temas de propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimentos tradicionais. As recomendações e sistematização das discussões havidas podem contribuir para a formação em ABS no que diz respeito ao desenvolvimento de oportunidades para agricultores familiares como forma de gerar desenvolvimento nos territórios, mantendo-os conservados, bem como as suas culturas.

- TÍTULO DO MATERIAL: “Documento técnico contendo um plano de atividades para construção de capacidades em Acesso e Repartição de Benefícios com agricultores familiares como parte das ações para a regulamentação e cumprimento da lei 13.123/2015 e da Convenção da Diversidade Biológica, em atendimento ao Protocolo de Nagoia, visando a proteção do conhecimento tradicional e a conservação e uso sustentável da biodiversidade, com foco na participação dos agricultores familiares, em especial povos e comunidades tradicionais, visando o fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento sustentável”.

Tipo do material e formato: Documento técnico.

Descrição:

Sistematização de reflexões havidas em seminário promovido no âmbito da REAF/Mercosul sobre a necessidade de construção de capacidades em ABS, almejando possibilitar aos agricultores familiares a lida com a regulamentação do tema de ABS nos países membros do Mercosul e as novas oportunidades que se apresentam com isso.

Ano de publicação ou produção: 2019.

Organizadores: Projeto de Cooperação Técnica Internacional IICA/BRA/13/003 – Nova Ruralidade Brasileira: compreensões e implicações na política pública.

Público alvo: agricultores familiares, gestores governamentais, representantes de povos indígenas, de povos e comunidades tradicionais.

Conteúdos principais:

- A importância da construção de capacidades em ABS para a agricultura familiar e para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.
- Instrumentos internacionais.
- Principais conceitos utilizados em ABS.
- O CGEN.
- Conservação da biodiversidade no Brasil: desafios e oportunidades.

Análise e comentários:

Ao abordar a importância da construção de capacidades em ABS e como pode impactar a produção e o modo de vida dos agricultores familiares, traz reflexões sobre como o aumento da crise climática global, a busca de novas oportunidades de negócios voltadas para um modelo de desenvolvimento mais sustentável, a forma como os recursos genéticos podem ser acessados e de que maneira os usuários e provedores de biodiversidade podem chegar a um acordo sobre a repartição justa e equitativa dos benefícios e como esses constituem novos temas na pauta da promoção do desenvolvimento rural sustentável e que têm um potencial de fortalecimento da agricultura familiar.

Recomendações para uso:

- Como os direitos dos agricultores são objeto da regulamentação e da implementação dos sistemas de ABS (por serem os agricultores familiares detentores, provedores e comercializadores), caso isso surja como um conteúdo mínimo a ser abordado nas formações, recomenda-se o uso do material.

- TÍTULO DO MATERIAL: “Metodologia para a construção de protocolos comunitários”.

Tipo do material e formato: Guia metodológico.

Descrição:

Guia contendo a metodologia desenvolvida ao longo de três anos como um instrumento de gestão territorial, manejo e uso sustentável dos recursos naturais e de proteção do conhecimento tradicional associado ao acesso aos recursos genéticos.

Ano de publicação ou produção:

Organizadores: Rede GTA.

Público alvo: Comunidades e povos tradicionais.

Conteúdos principais:

- Diagnóstico socioeconômico, ambiental e cultural.
- Conceitos e políticas públicas voltadas para povos e comunidades tradicionais.
- Introdução básica da lei brasileira de Acesso a Recursos Genéticos e Conhecimento Tradicional Associado.
- Convenção da Diversidade Biológica (CDB)
- Protocolo de Nagoia e Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

- Exemplo concreto de um caso de Acesso ao Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado.
- Apresentação sobre potencial do biocomércio.
- Apresentação específica sobre o que é um Protocolo Comunitário, construir um e qual o papel da comunidade no processo.
- Acordo de boas práticas.

Análise e comentários:

Especificamente voltado para comunidades e povos tradicionais, traz um arcabouço metodológico amplo, possibilitando maior apropriação do território, da cultura e da história de cada comunidade onde for aplicado. No caso do Arquipélago do Bailique foram feitos levantamentos detalhados sobre a situação dos estoques de recursos naturais disponíveis e sobre suas melhores formas de uso. Paralelamente, o guia traz as legislações internacionais sobre ABS, a legislação nacional em vigor e as políticas referentes aos povos e comunidades tradicionais. A metodologia proposta contribui, dessa maneira, para gerar no ambiente comunitário noções de cidadania e de pertencimento dentro do universo de políticas públicas existentes e das quais podem vir a se beneficiar as comunidades tradicionais.

Recomendações para uso:

É recomendado o uso pois trata-se de um guia metodológico voltado para a sensibilização e o fortalecimento de capacidades em ABS, podendo ser adaptado a diversas realidades no sentido de promover conscientização sobre ABS, bem como de desenvolver protocolos comunitários.

- **TÍTULO DO MATERIAL: “Protocolo Biocultural Comunitário da Reserva Extrativista (Resex) do Riozinho do Anfrísio”.**

Tipo do material e formato: Manual.

Descrição:

Instrumento facilitador do processo de construção de parcerias comerciais diferenciadas entre essas comunidades e o setor empresarial.

Ano de publicação ou produção: 2013.

Organizadores: Imaflora e ISA.

Público alvo: Comunidades das Resex do Riozinho do Anfrísio (Terra do Meio, Pará) e usuários comercializadores de seus produtos.

Conteúdos principais:

- Definição do escopo do Protocolo.
- Apresentação da comunidade.
- Relação da comunidade com os recursos manejados.
- Organização social e instrumentos de gestão da comunidade.
- Documentos existentes que norteiam a gestão, uso da área e dos recursos.
- Levantamento dos produtos de maior conhecimento e interesse comercial.
- Relação comercial diferenciada / ética.
- Construção de parcerias comerciais entre comunidades e setor empresarial.
- Preparo dos comunitários para fazer negócios com empresas.
- Benefícios econômicos.
- Plano de negócios com enfoque específico no desenvolvimento de melhores práticas.
- Relações comerciais com provedores.

Análise e comentários:

O Protocolo conta como o seu processo de construção resultou em um maior preparo dos comunitários para fazer negócios com empresas e em maiores benefícios econômicos a partir do desenvolvimento de um novo plano de negócios com enfoque específico em melhores práticas e maior enfoque nas relações comerciais junto a provedores de sua matéria-prima básica, a borracha. Constitui uma ferramenta de utilização ampla e que proporcionou também à comunidade o estabelecimento de uma melhor estrutura de governança. Traz diretrizes da própria comunidade sobre como esta quer se relacionar com as empresas, o governo e as instituições locais (o setor usuário).

É uma boa ferramenta para subsidiar relações comerciais com comunidades tradicionais e para entender melhor as dinâmicas sociais dentro dessas comunidades. A partir da experiência foi possível estabelecer novas bases para a negociação com maior respeito aos modos de vida tradicionais, o que pode, inclusive, agregar maior valor ao produto final.

Recomendações para uso:

Desde que a possibilidade de parcerias comerciais diferenciadas entre comunidades e o setor empresarial seja definido como prioridade nas formações em ABS, é recomendando seu uso.

<ul style="list-style-type: none"> • TÍTULO DO MATERIAL: “Protocolo Comunitário Biocultural das Raizeiras do Cerrado”.
Tipo do material e formato: Manual.
<p>Descrição:</p> <p>O manual constitui um instrumento político para a conquista de uma legislação capaz de assegurar o direito consuetudinário de quem faz o uso tradicional e sustentável da biodiversidade brasileira para a saúde comunitária.</p>
Ano de publicação ou produção: 2008.
Organizadores: Articulação Pacari.
Público alvo: Representantes de grupos comunitários.
<p>Conteúdos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Critérios coletivos de segurança e eficácia de remédios caseiros. • Construção da identidade social das raizeiras e a elaboração de metas para a conservação da biodiversidade do Cerrado. • Políticas públicas existentes. • Acordos internacionais relacionados ao tema “biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados.” <p>Pontos de convergência entre as leis existentes e o direito consuetudinário.</p>
<p>Análise e comentários:</p> <p>Seu processo de elaboração proporcionou a construção de propostas para que o uso e os saberes relacionados à medicina tradicional pudessem ser incentivados e promovidos por meio de diferentes políticas públicas nacionais, de modo a fomentar a implementação da CDB no Brasil.</p>
<p>Recomendações para uso:</p> <p>Ao pensar em protocolos comunitários como instrumentos capazes de garantir acordos comunitários, bem como de fomentar a construção de legislações que garantam o direito do uso tradicional e sustentável da biodiversidade, e sendo este um tema de conteúdo sugerido para as formações, é recomendado seu uso.</p>

Conclusão

Neste trabalho foi apresentada uma compilação de experiências em ações e materiais já produzidos e utilizados em iniciativas voltadas para a construção de capacidades sobre o tema de acesso e repartição de benefícios, voltadas principalmente para os detentores de conhecimento tradicional associado, os povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares.

Constitui, portanto, um mapeamento não esgotado de experiências e de materiais que podem vir a ser replicadas, aperfeiçoadas e/ou aproveitadas de alguma forma durante a construção do Projeto Político Pedagógico e no planejamento das ações pedagógicas para capacitação no tema de ABS. É importante que os PIPCTAFs envolvidos possam complementar o documento apresentado com suas experiências para que este material seja o mais abrangente possível e venha a cumprir com seu principal objetivo que é o de subsidiar o planejamento das ações pedagógicas a que se propõe o projeto.

Como produto inicial, pretende ser um ponto de partida para a construção coletiva do PPP. Mostra, fundamentalmente, que as iniciativas mapeadas podem parecer numerosas, mas foram pontuais. Com utilidade e produção de materiais restritas, constatou-se que o tema de ABS ainda não foi absolutamente apropriado pela grande maioria dos detentores de conhecimento tradicional. Faz-se necessária, portanto, uma ação continuada de construção de capacidades no tema.

Referências Bibliográficas

ABS DATABASE ON CAPACITY BUILDING PROJECTS, em: [<https://www.cbd.int/programmes/socio-eco/benefit/projects.aspx>].

CONSULTORIA SOBRE PROTEÇÃO DE CONHECIMENTOS TRADICIONAIS, INOVAÇÕES E PRÁTICAS DOS POVOS INDÍGENAS, ACESSO A RECURSOS GENÉTICOS E REPARTIÇÃO JUSTA E EQUITATIVA DOS BENEFÍCIOS ADVINDOS DO USO DESSES CONHECIMENTOS, INOVAÇÕES E PRÁTICAS”, GIZ, 2012.

CONVENÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA. Disponível em: [<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/convencao-da-diversidade-biologica>].

CONVENÇÃO Nº 169 OIT. Disponível em: [<http://www.oitbrasil.org.br/node/513>].

DECRETO N. 7.747, DE 5 DE JUNHO DE 2012. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos Jurídicos. 2012.

DIÁLOGO SOBRE O PROTOCOLO DE NAGOIA ENTRE BRASIL E UNIÃO EUROPÉIA. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério do Meio Ambiente. 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/CLIENTE/Downloads/dilogos%20bra.ue_nagoia_portugues_ingles_baixa.pdf].

FORMAR PARA FORMAR: Processos Participativos para Formação em PNGATI. IEB, 2015.

FREIRE, Paulo. “A concepção da escola cidadã”, disponível em: [<http://www.pucsp.br/paulofreire/cadernoporto09.htm>].

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: [<http://pib.socioambiental.org/pt>].

METODOLOGIA PARA CONSTRUÇÃO DE PROTOCOLOS COMUNITÁRIOS. 2015. Rede Grupo de Trabalho Amazônico. Disponível em: [<http://www.gta.org.br/newspost/metodologia-para-a-construcao-de-protocolo-comunitarios/>].

PNGATI. Plano integrado de implementação da política nacional de gestão territorial PNGATI e ambiental de Terras indígenas. Funai. 2016. Disponível em: [http://cggamgati.funai.gov.br/files/8514/8839/5235/Plano_Integrado_de_Implementacao_da_PNGATI.pdf]. Acessado em 10 de fevereiro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Ciclos de Formação: Proposta político-pedagógica da escola cidadã. Cadernos Pedagógicos (9). SMED. Porto Alegre, 1996.

PROTOCOLO BIOCULTURAL COMUNITÁRIO DA RESERVA EXTRATIVISTA RIOZINHO DO ANFRÍSIO. Última versão: Setembro 2013. Disponível em: [http://www.imaflora.org/downloads/biblioteca/525d4abdb1776_ProtocoloBiocultural_Riozinho_capa_10Out13pdf.pdf].

PROTOCOLO COMUNITÁRIO BIOCULTURAL DAS RAIZEIRAS DO CERRADO: direito consuetudinário de praticar a medicina tradicional. Articulação Pacari. 2014.

PROTOCOLO DE NAGOIA, em: EUR-Lex, Access to European Union Law, disponível em: [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv:OJ.L_.2014.150.01.0234.01.POR].

PROTOCOLO DE NAGOIA SOBRE ACESSO E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS. Disponível em: [<http://www.cbd.int/abs/infokit/revised/print/factsheet-Nagoia-pt.pdf>].

REDE GTA: [<http://www.gta.org.br/>]

SOLICITAÇÕES DE AUTORIZAÇÃO ACESSO A CTAS. Iphan, 2012,2013,2104 e 2015. Disponíveis em: [<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=18221&sigla=Institucional&retorno=detalhenstitucional>].

SHRUMM, Holly e JONAS, Harry (Eds). 2012. Protocolos Comunitarios Bioculturales: Kit de Herramientas para Facilitadores Comunitarios. Natural Justice: Ciudad del Cabo. Disponível em: [www.community-protocols.org].

WOOD Jr.; PAULA A. P.P. Pop-management. Grandes Empresas de Consultoria no Brasil. Relatório de pesquisa n. 8. EAESP/FGV. Núcleo de Pesquisas e Publicações. São Paulo. 2004.